

Revista Eletrônica
Pesquiseduca

v. 16 n. 43 (2024)
set/dez

ISSN: 2177-1626

**Revista do Programa
de Pós-Graduação
em Educação**



UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**



Educação Brasileira: das origens à contemporaneidade

A trajetória da educação no Brasil é marcada por um mosaico de influências e transformações que perpassam diferentes períodos históricos e contextos socioculturais. Esta 43ª edição da Revista eletrônica *Pesquiseduca* propõe um olhar crítico e reflexivo sobre aspectos que moldaram e ainda definem a educação brasileira, abordando desde os vestígios do período jesuítico até os desafios contemporâneos enfrentados por políticas educacionais e práticas pedagógicas.

Assim iniciamos esse volume 43 da Revista eletrônica *Pesquiseduca* lembrando as origens filosóficas da ciência pedagógica que alicerçou a educação brasileira desde o período colonial. Desde então, a

educação brasileira é marcada pela forte presença da teoria e da prática pedagógica, utilizada pelos jesuítas, da Companhia de Jesus.

A orientação pedagógica dos jesuítas, fundamentada nos princípios da escolástica, era extremamente livresca e autoritária. Fundada na concepção essencialista do homem, pautava-se como prática educativa, pela memorização, pela repetição de exercícios e era totalmente dissociada dos problemas da realidade brasileira.

A educação empreendida pelos jesuítas era destinada, especialmente, a dar cultura geral, sem qualquer preocupação com a qualificação ao trabalho, com a pesquisa ou com a qualificação de professores. Era uma pedagogia, que em termos de intencionalidade social, atendia aos anseios de uma sociedade elitista, escravocrata, aristocrática, não podendo, conforme Fernando de Azevedo (1937, p. 24) “contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época.” Essa influência vai marcar muito a pedagogia brasileira e será, lentamente, um pouco transformada, absorvendo algumas mudanças sócio-culturais-políticas do país e integrando outras tendências. Em especial, após 1930, com o Movimento da Escola Nova, no bojo principalmente, do Pragmatismo de Dewey e das tendências tecnológicas posteriores, a pedagogia brasileira passa a gravitar em torno da concepção técnico-científica, mas mantém forte as raízes que marcam uma estreita articulação entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro.

Essa importante questão será explorada no primeiro artigo desta edição, sob o título de **Vestígios do período jesuítico (1549 - 1759) na educação brasileira contemporânea: da catequização à laicização**, pesquisa elaborada pelo professor doutor Teodoro Adriano Costa Zanardi e pelo doutorando Edson da Silva Pereira. Este artigo descreve e contextualiza elementos da atuação jesuítica no Brasil Colônia, bem como os vestígios dessa influência na educação contemporânea, evidenciando a continuidade da aliança entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro até os dias atuais.

A seguir, o segundo artigo trará uma questão bem atual referente à perspectiva da construção de teorias, princípios e práticas voltados à organização de uma educação para os Direitos Humanos. Para tanto, o autor, doutor Ricardo Costa Galvanese, propõe: **Educação em Direitos Humanos e a moralidade pós-convencional**, em que questiona as estruturas racionais necessárias para compreender os discursos que fundamentam essa questão. De um modo crítico, o autor lança mão de teorias de Piaget e Kohlberg sobre o desenvolvimento da racionalidade moral e, após explorar alguns limites e possibilidades da pesquisa kohlberguiana, conclui que esta proporciona à Educação em Direitos Humanos uma fundamentação indispensável pois revela que o discurso sobre os Direitos Humanos só é adequadamente decodificado e, portanto, compreensível, na medida em que esteja ancorado numa racionalidade moral pós-convencional.

O terceiro artigo irá colocar análises e compreensões sobre o CACs-Fundeb e tem uma importância grande ao constatar a imensa rede de ensino público que existe no Brasil. Sabe-se que Fundeb é a principal política de financiamento da Educação Básica brasileira, o que torna essencial o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização de sua execução, de modo a democratizar demandas e interesses da sociedade. Decorre daí poder ser um mecanismo de participação direta do cidadão na gestão da política pública, compartilhando o poder de decisão entre Estado e Sociedade, e podendo se constituir como fortalecimento da cidadania. Esse controle social pode ser exercido por qualquer cidadão, individualmente ou coletivamente, mediante os conselhos de políticas públicas, como é o caso do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACs-Fundeb). O artigo **Controle Social no CACS/FUNDEB: a participação do conselheiro**, elaborado pelos pesquisadores Flávia Márcia Costa Silva e doutor Itamar Mendes da Silva. Eles analisam a atuação dos Conselheiros no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – Cacs/Fundeb – de dois municípios do Espírito Santo. Na pesquisa qualitativa utilizou-se dados de documentos, entrevistas e observação que, analisados à luz dos conceitos de gestão democrática (Araújo, 2020), participação e controle social (Gohn, 2007) e democracia participativa e responsividade (Peixoto, 2015), indicam: fragilidade na garantia de paridade nas reuniões, baixo nível de conhecimento normativo, acesso limitado às informações, pouco tempo para emitir pareceres. Enfim, detecta-se a fragilização do controle social realizado pelos conselheiros na aplicação dos recursos do Fundeb.

A seguir temos o quarto artigo que discutirá a participação colaborativa dos profissionais no planejamento pedagógico, como sendo uma prática potente no desenvolvimento profissional dos participantes. O referido artigo teve como espaço de prática o projeto de Residência Pedagógica. Este *Programa de Residência Pedagógica* do Ministério da Educação (MEC), foi lançado no Brasil em 2018, descrito no Edital 6/2018 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e objetivou selecionar Instituições do Ensino Superior (IES) públicas, privadas sem fins lucrativos ou privadas com fins lucrativos, que possuam cursos de Licenciatura participantes do Programa Universidade para Todos, para “implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (CAPES, 2018, p. 1). Os pesquisadores Gabriele Maidano Roveda, João Paulo Freitas da Silva, Rosalvo Luis Sawitzki, elaboraram o artigo **Transformações no planejamento pedagógico e no desenvolvimento profissional: a influência do programa residência pedagógica**, em que discutem as possibilidades do PRP em promover uma abordagem reflexiva e colaborativa na prática docente, evidenciando a importância de sua prática para a formação continuada e desenvolvimento profissional dos sujeitos participantes.

A seguir, no quinto artigo **As políticas educacionais no Amapá e suas interfaces no cenário político-social-cultural**, elaborado pelo doutor Elivaldo Serrão Custódio, são discutidos, num espaço específico, questões estruturais das políticas educacionais, que funcionam melhor quando articuladas com interesses e perspectivas dos participantes das questões atinentes. Neste caso, no Amapá, os resultados indicam que as discussões em Políticas Educacionais, em nível local, têm sido caracterizadas por diversos debates no que diz respeito à real prioridade para o pleno desenvolvimento da educação no Amapá. Constata o artigo que essas políticas precisam ser efetivadas mediante a transformação do pensamento, a formação de conceitos e outras formas de comportamento resultantes das relações políticas, sociais e culturais. Será sempre necessária a participação efetiva dos sujeitos envolvidos.

Continuamos, no sexto artigo, a analisar uma das questões bastante complexas da/na educação brasileira, que é a evasão escolar em um contexto bastante importante, qual seja, a educação nas regiões rurais. Neste artigo **Evasão e abandono escolar entre moradores da Zona Rural: Revisão Sistemática da Literatura**, os autores Leandro Freitas de Lima, Geruza de Fátima Tomé Sabino e Daniel Calbino Pinheiro abordam um dos problemas mais críticos da educação brasileira. A pesquisa destaca como fatores socioeconômicos e culturais contribuem para a evasão e o abandono escolar nas áreas rurais, sugerindo a necessidade de políticas públicas mais eficazes e voltadas para essas comunidades.

A conectividade e a aprendizagem no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 são exploradas no sétimo artigo, **Conectividade e aprendizagem: a experiência dos estudantes do Ensino Médio no ensino remoto**, por Ana Lucia Muniz Baptista Uchoa e Patricia Ortiz Monteiro. Este estudo ressalta o papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na continuidade do processo educativo e as desigualdades de acesso que emergiram nesse contexto. Mais uma vez pode-se analisar que as profundas desigualdades sociais brasileiras afetam drasticamente as possibilidades democráticas da educação.

O oitavo artigo, **Formação Inicial em Educação Física e atuação profissional: problematização foucaultiana e a emergência da Resolução CNE/CES 6/2018**, de Lucas Costa Linck, Franciele Roos da Silva e Mariângela da Rosa Afonso, utiliza a abordagem foucaultiana para discutir deslocamentos históricos e desafios contemporâneos na formação e atuação profissional em Educação Física, com ênfase na regulamentação e na divisão entre Bacharelado e Licenciatura. O artigo coloca em questão a naturalização de determinadas verdades em relação a este campo do conhecimento: para tanto analisou o modelo de Formação Inicial desses profissionais, bem como a falta de regulamentação das especificidades de sua identidade profissional, colocando em suspen-

são questões como a regulamentação da profissão, a divisão do curso em Licenciatura e Bacharelado e a formação crítica do profissional de Educação Física.

Ampliando os debates metodológicos, Andressa Lima da Silva e Josemir Almeida Barros discutem, no nono artigo, **Pesquisa qualitativa em educação e o uso de Entrevistas Semiestruturadas**, o uso desse recurso na pesquisa em educação. A técnica é apresentada como uma ferramenta crucial para compreender narrativas orais e resgatar histórias muitas vezes renegadas oficialmente, com foco particular no contexto amazônico. Enfatizam os autores que as narrativas podem apresentar parte de uma história que foi esquecida, marginalizada pelas lideranças oficiais, mas que compõem parte das memórias sobre instalação e funcionamento de escolas rurais no contexto amazônico de Rondônia.

No décimo artigo, **Escritas de um tempo que atravessa: provocações desenhadas por pedagogos em formação**, os autores Sandro Tiago da Silva Figueira, Elisângela Gomes Martins Pinto, Flávia Gomes Moura constroem uma pesquisa-formação para acompanhar a trajetória e itinerários vividos na multiplicidade existencial do espaço escolar, nos percursos e trajetos que ressoam no dia a dia da profissão. Os autores concluem que a temporalidade de vida-formação docente evoca a gestação de sentidos quando o percurso pedagógico é problematizado na direção de (cria)ção e autoria de conhecimentos e saberes cotidianos.

No décimo-primeiro artigo as autoras Nilzilene Imaculada Lucindo, Célia Maria Fernandes Nunes, Regina Magna Bonifácio de Araújo discutem **A formação inicial de pedagogas(os) que atuam em espaços de Educação Não Escolar no Estado de Minas Gerais**. Os resultados indicaram que a formação inicial privilegiou os estudos acerca do espaço escolar e da docência. Poucos foram as pedagogas que tiveram a oportunidade de aprofundar os conhecimentos a respeito da Educação-Não escolar (ENE). Com base nos dados evidenciados, as autoras defendem que a ENE seja contemplada durante a formação inicial de pedagogos com vistas a preparar as(os) profissionais para se inserirem em espaços que ultrapassam os limites da escola e em que a educação também se faz presente.

Para encerrar, apresentamos a Resenha, elaborada por Luciana Dantas de Carvalho Bernardo sobre o livro de **IMBERNÓN, Francisco. A inovação educacional no ensino do futuro. São Paulo: Cortez, 2024. 96p.**

Esta Edição reflete algumas perspectivas que compõem a trama da diversidade e da complexidade da educação brasileira, destacando suas raízes históricas e os desafios atuais. Ao integrar análises críticas e contribuições interdisciplinares, esperamos fomentar reflexões que inspirem novas práticas e políticas educacionais para um futuro mais democrático, inclusivo e transformador.

Convidamos o leitor a um mergulho nessa complexidade e que os artigos aqui selecionados possam servir de contrapontos a frutíferas e novas reflexões.

Aproveitamos para agradecer o carinho e sugestões de leitores neste ano de 2024 e enviamos a tod@s nossos votos de um Feliz Natal e desejos de que as reflexões aqui sintetizadas possam contribuir para fertilizar um mundo mais justo e mais solidário, e votos de que o ano próximo seja repleto de boas leituras e de novas produções acadêmicas.

Prof. Dra. Maria Amélia Santoro Franco

Editora-Chefe